

# O ensino superior privado no Distrito Federal (1973-1993)

Carlos Benedito Martins

DOCUMENTO  
DE TRABALHO  
4 / 95

Universidade de Brasília  
Pesquisador Colaborador do NUPES

## NUPES

Núcleo de Pesquisas  
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

Carlos Benedito Martins\*

**O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL (1973 a 1993)**

Texto apresentado ao Grupo de Trabalho “Educação e Sociedade” no 19º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu (MG), 17 a 21/10/95

\* Professor do Departamento de Sociologia - UnB / Pesquisador Colaborador do Nupes

## O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL (1973 a 1993)

### I - INTRODUÇÃO

O hábito intelectual de escolher uma imaginária “universidade brasileira” como objeto de investigação e de construção de um discurso legítimo de reflexão, forma usual de obter ressonância nos meios de comunicação e de estabelecer uma interação eficaz com a comunidade acadêmica, tem contribuído para desviar a análise do fenômeno da enorme diversificação existente atualmente entre as instituições de ensino superior. Os dados indicavam que em 1993, as universidades representavam tão somente 13% do conjunto das instituições envolvidas no ensino de graduação, ao passo que os estabelecimentos isolados respondiam pela cifra de 77% e as federações de escolas e faculdades integradas responsabilizavam-se pelo restante, ou seja 10%. Ao invés de adotar tal perspectiva, que acaba tomando o particular como expressão do geral, consideramos mais fecundo, do ponto de vista metodológico, focar a situação do ensino superior à partir da noção de campo, em cujo interior as universidades, assim como os estabelecimentos isolados e as federações de escolas, tendem a ocupar posições específicas e diferenciadas.<sup>1</sup>

Num intervalo de pouco mais de trinta anos, passamos por bruscas mudanças na configuração do ensino superior brasileiro. No início dos anos 60, contávamos com aproximadamente 100 instituições, a maioria delas de pequeno porte, voltadas basicamente para atividades de ensino, as quais abrigavam não mais que uns 94 mil estudantes, com uma predominância quase absoluta do sexo masculino. Esse quadro contrasta fortemente com os 873 estabelecimentos e 1,6 milhão de alunos matriculados nos cursos de graduação e 58 mil alunos frequentando os cursos de pós-graduação “stritu-sensu” nos primeiros anos da presente década. No bojo dessa mudança ocorreu simultaneamente um aumento significativo da absorção do contingente feminino, assim como a entrada de alunos adultos, já integrados no mercado de trabalho, bem como a interiorização do ensino. Na trajetória desse processo, formou-se um campo extremamente complexo, marcado pela heterogeneidade institucional, em função da diferenciação das posições ocupadas por essas instituições diante dos dados constitutivos que tendem a comandar o funcionamento desse espaço social, tais como a qualificação do corpo docente, qualidade do ensino oferecido, produtividade e capacidade científicas instaladas, reconhecimento social e o prestígio acadêmico dos estabelecimentos. Dessa forma, tudo leva a crer que existem profundas diferenças não

---

<sup>1</sup> Com a noção de campo, procuramos designar um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma no que se refere a outros espaços sociais, isto é, no que se refere a outros campos sociais. Mesmo mantendo relação entre si, os diversos campos definem-se através de objetivos específicos, o que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico de um campo possuir sua hierarquia interna, seus espaços estruturados de posições, seus objetos de disputa e de interesses singulares, que são irredutíveis aos objetos, às lutas e aos interesses constitutivos de outros campos. A noção de campo reporta-se aos trabalhos desenvolvidos por P. Bourdieu. A este respeito, ver de sua autoria, **Questions de Sociologie**, Paris: Éditions de Minuit. 1980. pp. 113-121; **Leçon sur la leçon**, Paris: Édition de Minuit. 1982. pp. 46-50; **Choses Dites**, Paris: Éditions de Minuit. 1987 pp. 167-177; **Les Règles de l'art**, Paris: Éditions du Seuil. 1992. pp.298-430; **Réponses**, Paris: Éditions du Seuil. 1992. pp 71-91.

apenas entre as instituições públicas e privadas, mas também no interior desses segmentos.

Um dos traços marcantes do funcionamento do campo das instituições de ensino superior brasileiro diz respeito a emergência de um novo parceiro que foi se constituindo durante o recente processo de expansão. De certo modo, até meados da década de sessenta, este campo estava basicamente estruturado à partir da presença e atuação das instituições públicas, mantidas pelos governos federais, estaduais e municipais, e as confessionais, sendo que estas eram praticamente dominadas pelos grupos católicos. A presença deste ensino privado confessional não era desprezível, uma vez que ele respondia aproximadamente por 44% das matrículas na metade daquela década. No entanto, não foram as instituições confessionais que estiveram à frente do processo expansionista. Este em grande medida foi impulsionado através da criação de um “novo ensino privado”, de perfil laico e com um forte ethos empresarial que se formou neste processo expansionista e que apresentou 512% do incremento das matrículas entre 1969 e 1973. A percepção de uma clientela em potencial, por parte destes empresários educacionais, conduziu-os a deslocar parte de seus investimentos, até então predominantemente alocados no ensino de segundo grau para a criação de estabelecimentos de terceiro grau. Os dados indicam também que os estabelecimentos públicos cresceram as suas matrículas em torno de 260%, naquele período.<sup>2</sup>

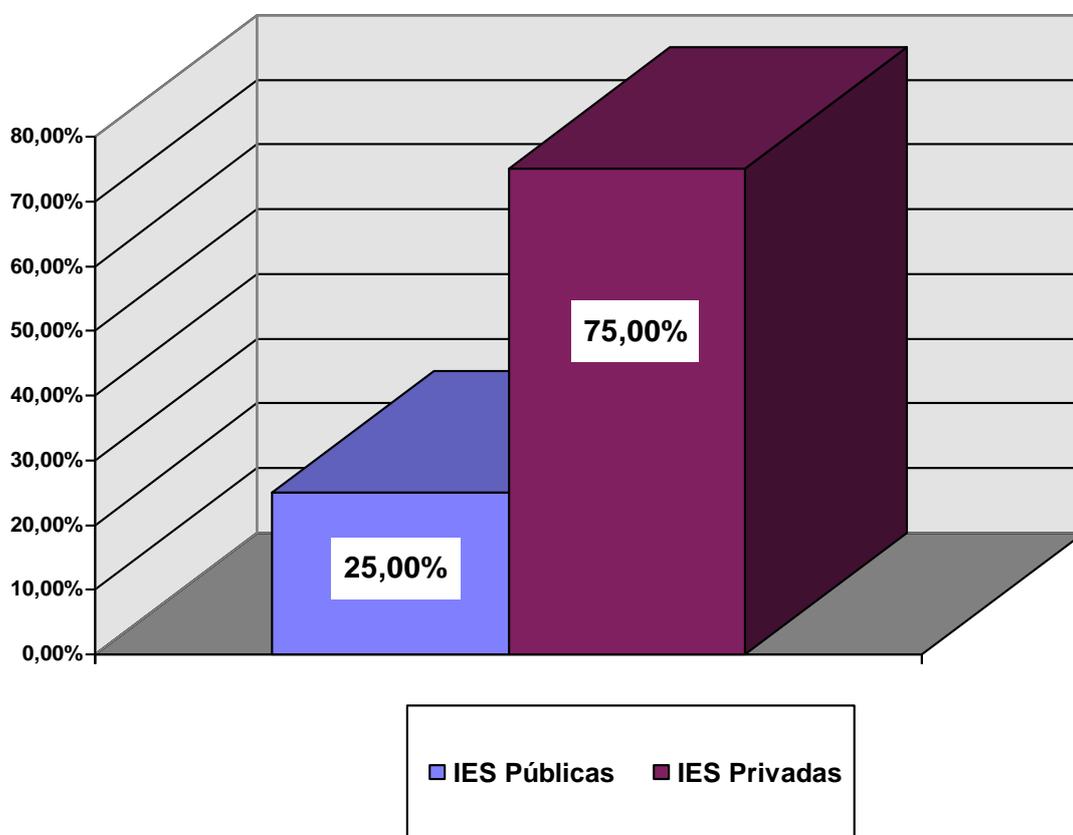
A emergência e a entrada deste novo parceiro no interior do campo tem contribuído para intensificar as relações de luta entre os diversos centros de ensino. Desta forma, as instituições incorporadas em seus atores tendem a desenvolver, de forma consciente ou inconsciente, um conjunto de estratégias buscando impor a verdade parcial de um estabelecimento ou de um conjunto destes como a verdade das relações objetivas existentes entre eles. De certa forma, esta relação de concorrência tem impellido as instituições envolvidas nesse espaço social a intensificar as lutas por qualificar ou desqualificar o que seja “ensino público”, “ensino público estatal”, “ensino privado”, “ensino comunitário”, procurando extrair da construção social destes sistemas classificatórios possíveis vantagens simbólicas e/ou materiais.

No ano de 1993, de um total de 873 instituições existentes no país, o ensino privado tomado no seu conjunto, ou seja instituições leigas e confessionais, respondia por 652 estabelecimentos e o segmento público por 221, conforme o gráfico abaixo. Certamente um dos desafios que se coloca para uma adequada compreensão do ensino privado é tentar estabelecer a sua heterogeneidade interna. Apesar da significativa presença da iniciativa privada que atua no interior do campo das instituições de terceiro grau na capital federal, constata-se uma enorme lacuna de pesquisas sobre este fenômeno. O presente trabalho tem por objetivo contribuir para esta questão, apresentando alguns dados parciais de uma investigação, ainda em curso, sobre a trajetória do ensino superior particular no Distrito Federal, situando-o no processo da

---

<sup>2</sup> A respeito das condições sociais que possibilitaram a emergência do “novo ensino privado”, ver Martins, “O novo ensino superior no Brasil (1964-1980)” em **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. (Org) Carlos Benedito Martins. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989. Ver também Cunha, **Educação, Estado e Democracia**, São Paulo: Cortez Editora, 1991. pp. 323-378. Consultar também, da autoria de Eunice Durhan e Helena Sampaio, “O ensino Privado no Brasil”. Documento de Trabalho 3/95. Nupes. Usp.

dinâmica de constituição deste “novo ensino privado” nacional. Com o propósito de reconstruir a trajetória do ensino superior privado na capital federal foram aplicados 1097 questionários para o corpo discente e 352 questionários para os docentes das instituições existentes no ano de 1994. Foram realizadas, também, entrevistas com os dirigentes dos estabelecimentos privados.



**FIGURA 1 - Distribuição Percentual de Instituições de Ensino Superior por Dependência Administrativa**

De acordo com os dados disponíveis, em 1993 (Tabela A.1, em anexo), o ensino superior no Distrito Federal era constituído por um total de 15 instituições. Apenas duas delas pertenciam ao setor público, ou seja a Universidade de Brasília (UnB) e um estabelecimento isolado, o Instituto Rio Branco, voltado para a formação da carreira diplomática. As 13 demais instituições estavam ligadas à rede particular, sendo três caracterizadas como faculdades integradas e 10, como estabelecimentos isolados. A supremacia da iniciativa privada é evidenciada principalmente pelo número de alunos

que elas atingem. Dos 33.794 estudantes matriculados no terceiro grau no DF em 1993, 23.466 (69%) estavam vinculados ao ensino privado. O número de concluintes no mesmo ano foi de 5.687. Destes, apenas 18% vieram das instituições públicas e os 82% restantes finalizaram a graduação em escolas particulares.

As instituições de ensino superior privadas ofereciam naquele mesmo ano um total de 53 cursos, enquanto as federais (UnB e Instituto Rio Branco) somavam 55. O ensino privado no Distrito Federal está concentrado em determinadas áreas do conhecimento, conforme indica a tabela abaixo. Nenhum dos estabelecimentos de ensino particular oferece cursos nas áreas de Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências Biológicas, que são monopolizadas pela UnB. No entanto, percebe-se uma gradativa entrada dos estabelecimentos privados em áreas que tradicionalmente eram dominadas pelo ensino público, tal como a de Ciências da Saúde, onde uma instituição abriu um curso de Odontologia. Como podemos ver na Tabela 1, os cursos oferecidos pelos estabelecimentos privados, agregados em grandes áreas do conhecimento, concentram-se em grande parte nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

**TABELA 1 - Distribuição das Grandes Áreas de Conhecimento nas Instituições Públicas e Privadas - Distrito Federal 1993**

Área de Conhecimento	Público %	Privado %
Ciências Exatas e da Terra	16,0	17,0
Ciências Biológicas	4,5	0,0
Engenharias	9,0	0,0
Ciências Agrárias	2,0	0,0
Ciências Sociais Aplicadas	23,0	40,0
Ciências da Saúde	4,5	7,0
Ciências Humanas	23,0	21,0
Linguística e Letras e Artes	18,0	15,0
<b>Total</b>	100	100
	N=54	N=53

Fonte: BRASIL/MEC. Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior - 1993. Secretaria da Educação Superior.

Deve-se assinalar que, na área de Ciências Sociais Aplicadas verifica-se um nítido predomínio da rede privada, uma vez que ela absorvia, no ano de 1993, 83% do total de alunos inscritos nos cursos de graduação. A rede particular mantém uma forte presença em algumas sub-áreas, tais como Direito, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis.

Tudo leva a crer que uma constelação de fatores tem contribuído para a expansão do ensino privado no Distrito Federal. Neste sentido, deve-se destacar o significativo crescimento populacional da capital federal que nos seus primeiros anos de existência caracterizou-se por elevadas taxas de expansão. Em função do processo migratório gerado pela construção de Brasília a taxa anual de crescimento no período 1960/1970 variou entre 43,7% e 60,1%. No decênio seguinte, mesmo declinando, ela não deixou de ser expressiva uma vez que esta taxa média girou em torno de 15,2%. A Tabela 2 fornece um quadro evolutivo da população do Distrito Federal entre 1970 a 1991, evidenciando um forte incremento populacional. Em 1992, a população estimada do Distrito Federal, alcançava o total de 1.596.274 habitantes, devendo-se ressaltar que

aproximadamente 50% desta situava-se numa faixa etária inferior aos dezenove anos. Deve-se também destacar o fato que o ensino secundário local tem apresentado taxas expressivas de crescimento. No ano de 1992, estavam inscritos no 2º grau e no ensino supletivo um total de 116.274 alunos.<sup>3</sup>

**TABELA 2 - População Urbana e Rural - Distrito Federal - 1970-1991**

ANO	URBANA Nº ABSOLUTO	RURAL Nº ABSOLUTO
1970	537.146	21.246
1973	711.986	27.781
1976	915.202	34.513
1979	1.079.837	36.531
1982	1.286.924	40.578
1985	1.428.812	45.608
1988	1.468.955	50.838
1989	1.510.222	53.315
1990	1.552.650	80.979
1991	1.596.274	85.097

Fonte: Anuário Estatístico do Distrito Federal. Brasília: Codeplan. 1992.

Um outro fator que deve ser levado em conta é a circunstância de Brasília, por ser o pólo administrativo do país, caracterizar-se pela predominância do setor terciário, conforme pode ser observado pela Tabela 3, contendo informações sobre a População Economicamente Ativa (PEA) do Distrito Federal. Uma parte expressiva dos segmentos sociais que compõem este setor econômico, e de um modo destacado os participantes da administração pública, tendem a associar as suas chances de ascensão e sucesso social à obtenção de títulos escolares, voltando portanto as suas atenções principalmente para o ensino de terceiro grau. Estas circunstâncias têm possibilitado a formação de um mercado potencial de consumidores de produtos educacionais que certamente não passou despercebido pelos grupos responsáveis pela criação e desenvolvimento do ensino privado de terceiro grau local<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Quanto ao crescimento do ensino secundário do Distrito Federal, consultar o Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília: Codeplan. GDF.1991. p. 186.

<sup>4</sup> Com relação às condutas sociais de grupos que associam as suas chances de obtenção e/ou preservação de vantagens econômicas e materiais à uma intensificação de investimentos educacionais, ver a análise de Wright Mills, *A Nova Classe Média*, Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969. pp. 257-301. Ver também o trabalho de Pierre Bourdieu, *A Economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Editora Perspectiva. 1974. pp. 295-337. Consultar também o trabalho de sua autoria, em colaboração com M. de Saint-Martin e L. Boltanski, “As estratégias de reconversão” em *Educação e hegemonia de classe* (Org) José Carlos Garcia Durand. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

**TABELA 3 - População Economicamente Ativa - Distrito Federal - 1975/1989**

<b>ANO</b>	<b>PRIMÁRIO</b> %	<b>SECUNDÁRIO</b> %	<b>TERCIÁRIO</b> %
<b>1975</b>	2,40	23,49	74,11
<b>1976</b>	1,76	21,00	77,24
<b>1977</b>	2,81	19,32	77,87
<b>1978</b>	3,92	17,63	78,81
<b>1979</b>	4,82	16,33	78,81
<b>1980</b>	2,40	16,20	31,40
<b>1981</b>	2,30	16,30	31,40
<b>1982</b>	2,20	16,40	31,40
<b>1987</b>	2,40	12,50	85,10
<b>1989</b>	2,20	13,30	84,30

Fonte: Anuário Estatístico do Distrito Federal. Brasília: Codeplan. 1992.

Por outro lado, um outro fator que certamente tem condicionado a expansão do ensino privado local repousa no ritmo de crescimento da universidade pública, que apesar de ter expandido, conforme veremos adiante, as suas vagas e matrículas, não acompanhou de forma satisfatória, ao longo destes últimos vinte anos, as expectativas e necessidades sociais da demanda. A ausência do ensino noturno na universidade local, que vem sendo introduzido lentamente à partir do final da década passada, ao frustrar os anseios de acesso ao ensino superior público por parte de candidatos que trabalham, tem constituído provavelmente um outro elemento explicativo na dinâmica das instituições particulares. Assim como em diversas regiões do país, o ensino privado local tem se caracterizado pela oferta de cursos no período noturno. Deve-se também acrescentar que este ensino particular tem procurado direcionar-se de forma prioritária para atender uma demanda potencial definida em grande medida pelas necessidades da produção e reprodução da burocracia pública estatal. Este fato reflete-se na forte presença, já assinalada, dos estabelecimentos particulares na área de Ciências Sociais Aplicadas, onde a clientela estudantil identifica as suas melhores chances no mercado de trabalho.

## II- AS INSTITUIÇÕES

Em 1973, o DF contava apenas com cinco instituições de ensino superior privadas e apenas duas federais. De 1973 a 1977, a cada ano surgiram de um a dois estabelecimentos privados, de modo que em 1979 contavam-se 10 instituições particulares. Até 1980 todas estas encontravam-se na condição de estabelecimentos isolados. Em 1981, surgiram as duas primeiras faculdades integradas no DF (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/União Educacional de Brasília -UNEB e Faculdades Integradas da UPIS - União Pioneira de Integração Social), assim o número total de estabelecimentos foi reduzido de 10 para 8, embora deva-se ressaltar o aumento de seu alcance de atuação, na medida que inicia-se um processo de aglutinação das IES privadas. Em 1986, surgiu novamente uma faculdade integrada (Faculdades Integradas da Católica de Brasília) e, desde então, o número de faculdades integradas permaneceu constante até 1993, subindo apenas a quantidade de estabelecimentos isolados, de 7 para 10.

Como se sabe, a formação do campo das instituições de ensino superior no Distrito Federal, inicia-se com a criação e funcionamento, em 1962, da Universidade de Brasília. Concebida dentro de um projeto de modernização acadêmica do país, um dos traços estruturais de seu projeto era o de se tornar um centro de produção de conhecimentos além de se constituir como instituição de ensino. De certa forma, esta vocação inicial da UnB apresenta uma continuidade em sua trajetória. Além de oferecer 54 cursos de graduação, em 1993, ela respondia também por 50 cursos de pós-graduação, sendo 37 de mestrado e 13 de doutorado<sup>5</sup>. Neste sentido, a UnB tem se constituído como uma pauta de referência para os atores e as instituições envolvidos no ensino superior, seja como um pólo de atração para um público com interesse em desenvolver projetos comandados por uma lógica mais acadêmica, assim como uma referência para afastar segmentos com interesses marcadamente profissionalizante.

Um elemento recorrente, que perpassa as falas dos dirigentes das instituições particulares nas entrevistas realizadas, procura justamente salientar o fato que a criação de seus estabelecimentos buscou responder o atendimento das expectativas que possivelmente não eram respondidas pela universidade local, sobretudo a ausência do ensino noturno na UnB. Em outros termos, o objetivo destas instituições sempre esteve ligado às chances de se atender a uma demanda que não adequava-se às condições do ensino público local. Um outro aspecto característico da história do ensino particular no DF, ao contrário de uma tendência marcante no quadro nacional, é que a quase totalidade das instituições não surgiu como um prolongamento de estabelecimentos de ensino de segundo grau local. Ao contrário, observa-se um fenômeno inverso, uma vez que, constituídas algumas destas instituições, tais como o Centro de Ensino Unificado

---

<sup>5</sup> Com relação aos dados sobre pós-graduação da UnB e das demais instituições brasileiras que se dedicam a este nível de ensino, consultar o documento A situação da Pós-graduação:1993, Brasília: Capes/Mec. 1994. A propósito da criação e trajetória da UnB, consultar os trabalhos de Darcy Ribeiro "A Universidade de Brasília". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. XL, julho-setembro. 1961; UnB invenção e descaminhos. Rio de Janeiro: Editora Avenir. 1978. Ver também a organização de artigos elaborada pelo mesmo autor, denominada: 1961-1995: A invenção da Universidade de Brasília. Brasília: Senado Federal. 1995.

de Brasília e a atual Universidade Católica de Brasília, foram criados posteriormente cursos primários e/ou secundários.

Conforme podemos perceber na Tabela 4 as primeiras instituições privadas surgiram na metade da década de sessenta.

**TABELA 4 - Início de Funcionamento das IES - Distrito Federal**<sup>6</sup>

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Sigla</b>	<b>Início de Funcionamento</b>
Instituto Rio Branco	IRBR	1945 (RJ)
Universidade de Brasília	UnB	1962
Instituto de Ciências Sociais	ICS-AEUDF	1968
Centro de Ensino Unificado de Brasília	CEUB	1968
Faculdades Integradas da UPIS	UPIS	1973
Faculdades Integradas da Católica de Brasília <sup>7</sup>	FICB	1974
Faculdade Dom Bosco de Educação Física <sup>8</sup>	FDBEF	1976
Faculdade de Artes - Fundação Brasileira de Teatro (Faculdade Dulcina)	FA-FBT	1980
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	UNEB	1981
Faculdade de Odontologia do Planalto Central	FOPLAC	1987
Faculdade Alvorada de Informática e Processamento de Dados		1988
Instituto de Ciências Exatas	ICEX-AEUDF	1989
Faculdade de Reabilitação do Planalto Central	FARPLAC	1990
Faculdade de Ciências Humanas de Brasília <sup>9</sup>	FCHBSB	1991

Fonte: BRASIL/MEC. *Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior - 1993*. Brasília, Secretaria da Educação Superior, 1993.

As duas primeiras destas instituições, a AEUDF e o CEUB, foram constituídas por atores que possuíam uma certa proximidade com o campo do poder político então vigente. Em entrevista com o fundador da AEUDF, constata-se que o surgimento deste estabelecimento esteve associado a existência de uma clientela em potencial que, por trabalhar durante o período noturno, não conseguia realizar os seus estudos, uma vez que “o único complexo de terceiro grau era a UnB, que funcionava somente durante o dia”. O fundador deste estabelecimento, em audiência com o então presidente Costa e Silva, sugeriu-lhe o desenvolvimento de gestões no sentido de criar alguns cursos noturnos naquela instituição. Como estas articulações não obtiveram resultado satisfatório, decidiu-se, então, pela abertura de uma instituição particular capaz de

<sup>6</sup> Embora o MEC indique a existência de 15 IES no DF, ele fornece o nome de apenas 14 instituições. Neste sentido, é importante ressaltar que a pesquisa empírica foi realizada naquelas listadas nominalmente pelo Ministério.

<sup>7</sup> Com a Portaria N. 1827, de 28 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 30 de dezembro de 1994, o Ministério da Educação reconhece as Faculdades Integradas da Católica de Brasília como universidade.

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, atualmente, a *Faculdade Dom Bosco de Educação Física* foi incorporada pela *Universidade Católica de Brasília*.

<sup>9</sup> Embora o MEC indique a existência deste estabelecimento, a pesquisa de campo detectou que, em 1994, esta instituição não existia de fato.

atender a esta necessidade, sendo que o primeiro vestibular da AEUDF, foi realizado no plenário da Câmara dos Deputados, com cerca de 5000 candidatos<sup>10</sup>.

O projeto de criação do CEUB, por sua vez, surgiu a partir de um convite de um conjunto professores a um então deputado federal para construção de um colégio. Após intensas discussões, a proposta inicial foi alterada e optou-se pela fundação de uma faculdade, frente a constatação do grupo que o mercado de colégios já estava saturado. Segundo, um dos seus fundadores: “Aqui havia colégios demais. Não havia no Brasil uma rede de ensino de primeiro e segundo graus tão boa quanto à de Brasília... deveríamos abrir uma universidade que pudesse dar oportunidade àqueles que ficaram frustrados por não terem feito o seu curso superior... Nós funcionaríamos à noite - a UnB não funcionava à noite. Assim nós teríamos todo este elenco de pessoas que queriam fazer um curso superior” Esta associação educacional foi organizada contando com a participação de vários procuradores, ministros e parlamentares, visando a conferir um certo prestígio social à instituição, que começou a funcionar em 1968. De acordo com o entrevistado: “Quando nós levamos os nomes dos professores ao Conselho Federal de Educação, disseram que aquilo era uma lista ministerial”. A inauguração do CEUB foi realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, em função do pedido do então Deputado sócio-proprietário da mantenedora, contando com a presença do ex-Ministro da Educação Tasso Dutra e do ex-Vice-Presidente da República Pedro Aleixo. Além disso, a cerimônia foi transmitida em cadeia nacional pela “Voz do Brasil”. Em seus primeiros anos de funcionamento, a faculdade alugava as instalações de alguns colégios de Brasília. Só mais tarde, o amplo terreno hoje ocupado pela instituição foi comprado da Terracap “por um preço mais ou menos simbólico”, segundo informação de um dos diretores<sup>11</sup>.

Percebe-se que as demais instituições laicas foram comandadas por típicos empresários educacionais que, além de não possuírem vínculo direto com o campo do poder político, tampouco desfrutavam de destacado prestígio acadêmico no campo do ensino superior. A maioria destas últimas instituições foram criadas durante a década de 80 e de um modo geral, na visão destes atores, ainda existia um espaço para expansão do ensino superior. Um dado que se repete também nas entrevistas realizadas com estes dirigentes, diz respeito à carência de ensino noturno na universidade pública local. Por outro lado, constata-se, nos relatos obtidos, a afirmação de uma vocação profissionalizante destas instituições. A Faculdade Alvorada ilustra uma posição paradigmática no conjunto das instituições privadas locais. De acordo com a sua direção, a maioria de seus professores estão situados em um mercado de trabalho distinto da prática docente, dedicando-se à atividade de ensino apenas no período noturno. Este ethos profissionalizante, de certa forma, encontra-se ajustado às expectativas profissionais dos seus estudantes. Segundo informações da direção: “grande parte de nossos alunos atuam em empresas privadas e do governo. Muitos estão aqui apenas para pegar o diploma e regularizar uma situação de fato”<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada com o Professor e ex-Senador Eurico Rezende, fundador da AEUDF.

<sup>11</sup> Entrevista realizada com o Professor e ex-Deputado Federal João Herculino, fundador do CEUB.

<sup>12</sup> Entrevista realizada com o Professor Olívio Miranda, diretor da Faculdade Alvorada. Seria oportuno registrar que esta faculdade foi adquirida por um grupo educacional que atua no Paraná, mantendo seis faculdades e doze colégios naquele Estado.

Constata-se, a partir dos relatos dos dirigentes destes estabelecimentos privados, que a escolha dos cursos a serem oferecidos frequentemente é estabelecida a partir das demandas educacionais da população local, sendo que várias destas instituições realizam periódicas pesquisas de mercado com o propósito de detectar estas expectativas educacionais e profissionais. Neste sentido, evidencia-se uma grande preocupação com a inserção de seus alunos no mercado de trabalho. Sem dúvida esta é uma questão fundamental para estes dirigentes, na medida em que a probabilidade de continuidade e obtenção de sucesso por parte destas instituições está intimamente ligada ao cumprimento das expectativas da população e ao seu bom desempenho, o que pode ser traduzido por um razoável grau de inserção dos formandos no mercado de trabalho. Esta situação sugere, provavelmente, que o ensino superior particular tende a ser comandado mais pelas exigências do mercado que o ensino público local. De certa forma, esta tendência não se desvincula do caráter empresarial daqueles estabelecimentos, ao contrário disso, constitui-se em um de seus fundamentos na atualidade, ao lado da manifestação de uma crescente preocupação dos seus dirigentes com a qualidade do ensino prestado.

É importante ressaltar que os estabelecimentos de ensino particular do DF não podem ser tratados de forma generalizada. Como já apontamos em outro momento, as instituições tendem a apresentar distinções entre si dentro do campo. A atual Universidade Católica de Brasília tem procurado construir um discurso e uma prática de tal modo a credenciá-la como o estabelecimento de ensino superior privado do Distrito Federal que dispõe de maior preocupação com a elaboração de um projeto acadêmico-pedagógico. Percebe-se, através dos documentos coletados e dos depoimentos obtidos, a preocupação em construir um discurso de demarcação e distanciamento com relação aos estabelecimentos privados “tout court”. De acordo com um de seus dirigentes: “O nosso objetivo principal não é apenas ensinar, mas educar, formar um cidadão...Uma instituição de ensino privado deve tomar muito cuidado para não transformar o ensino em comércio, aberto para apenas fazer dinheiro. Isto seria, a meu ver, uma traição à missão de formar e educar o jovem”. Além de oferecer cinco cursos de pós-graduação “latu-sensu”, a Católica é a única instituição particular do DF que possui um curso de mestrado “stritu-sensu” na área de educação<sup>13</sup>.

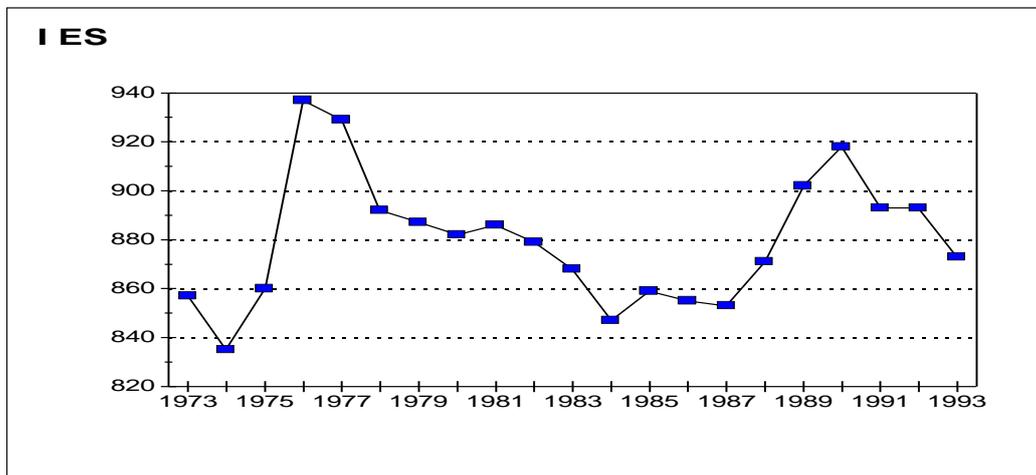
### **III - EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DF - uma comparação com a rede pública local e com as tendências nacionais**

Concentrando-se na análise da evolução das instituições do Distrito Federal, identificam-se algumas diferenças significativas em relação ao quadro nacional (Figura 2). Ao invés da pequena taxa de crescimento atingida pelas instituições de ensino

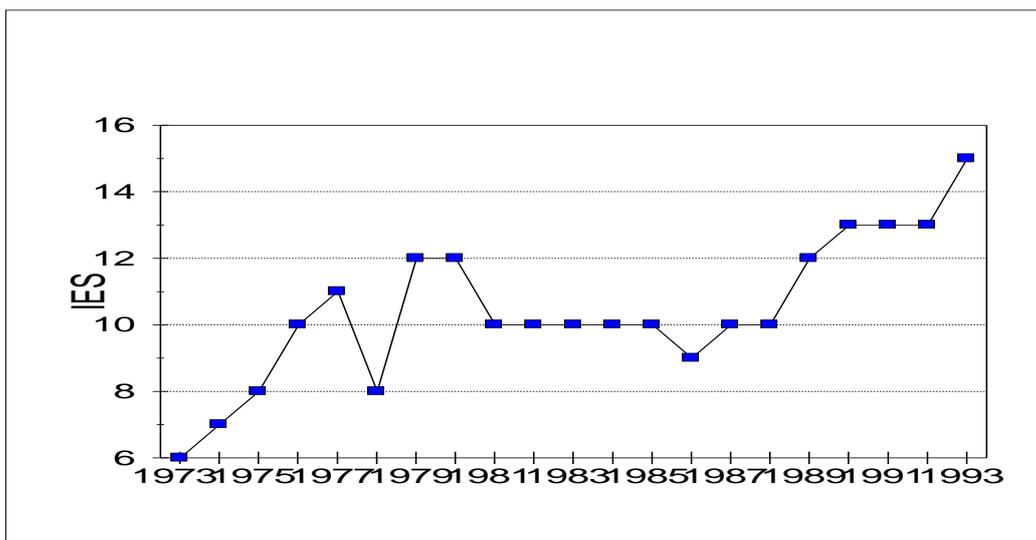
---

<sup>13</sup> A Faculdade Católica foi criada em função da reunião de algumas congregações católicas que constituíram a mantenedora em agosto de 1972, sendo o seu primeiro curso (Pedagogia) implantado em 1974. Atualmente são cinco congregações que compõem a mantenedora: os Irmãos Marista, os Irmãos das Escolas Cristãs, os Irmãos Salesianos de Dom Bosco, as Irmãs Salesianas e os Padres Estigmatinos. Com relação à transformação da Faculdade Católica em universidade, consultar o documento Relatório e parecer final dos consultores para reconhecimento da Universidade Católica de Brasília. Brasília: UCB. 1994. A respeito dos cursos de pós-graduação “latu-sensu” existentes nas IES privadas do Df, consultar: Catálogo dos Cursos de Especialização em Instituições de Ensino Superior, Brasília: Capes. 1994. p. 21.

superior no país, durante o período analisado, no Distrito Federal ocorreu um crescimento numérico na ordem de 150%. Esse crescimento conheceu algumas discontinuidades, como as ocorridas nos anos de 1978 e 1981. Por outro lado, sofreu momentos de considerável expansão, como nos anos de 1989 e 1993 ( Figura 3).



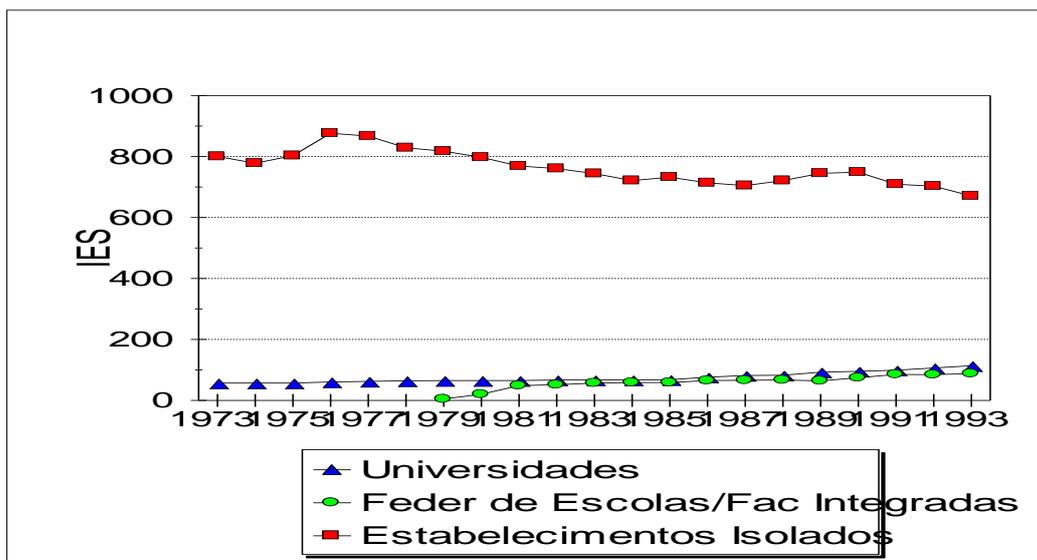
**FIGURA 2 -Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior - Brasil - 1973/1993.**



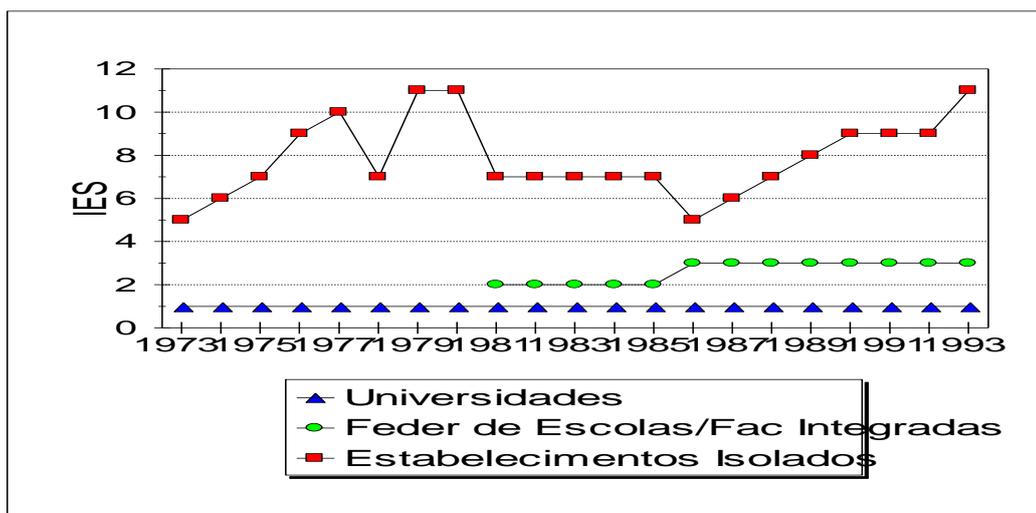
**FIGURA 3 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior Distrito Federal - 1973/1993**

Com referência às transformações relativas à natureza das instituições e à dependência administrativa, observa-se que o Distrito Federal permaneceu em todo período analisado contando com apenas uma universidade pública. No Brasil, diferentemente, o número total de universidades dobrou. Em 1973 contavam-se 57 universidades, sendo 36 públicas; em 1993 estas passaram a 114, sendo que destas últimas 61 eram públicas. As particulares, por sua vez, passaram de 20 para 53 no mesmo período.

Não existe nenhuma federação de escola no Distrito Federal. Quanto às faculdades integradas, como já foi afirmado anteriormente, até 1980 não havia nenhuma instituição dessa natureza, vindo a surgir duas em 1981. Observe-se que este período corresponde justamente com um dos momentos de maior expansão deste tipo de instituição no Brasil (147%) (Figura 4). Em 1986, surgiu mais uma faculdade integrada, totalizando três estabelecimentos sob esta modalidade, que permaneceu constante até 1993.



**FIGURA 4 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Natureza da Instituição - Brasil - 1973/1993.**



**FIGURA 5 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Natureza da Instituição - Distrito Federal - 1973/1993**

Percebe-se que as principais variações ocorridas no Distrito Federal deveram-se ao comportamento dos estabelecimentos isolados (Figura 5). Estes tiveram, no Distrito Federal, uma evolução inversa à observada no âmbito nacional. Contrariamente ao decréscimo observado no País, de -16% nas últimas duas décadas (ver Figura 4), no DF estes estabelecimentos conheceram um crescimento de 120% no período. Mesmo assim, também ocorreram algumas descontinuidades neste crescimento, como os anos de 1978, 1981 e em 1986, como pode ser percebido na Figura 5. Os maiores surtos de expansão ocorreram nos anos de 1979 (57%) e 1993 (22%), neste último caso, em franca oposição à tendência nacional que apresentava, no período, uma de suas maiores quedas (4,5%).<sup>14</sup>

Em 1973, as IES privadas dispunham por volta de um total de 12.400<sup>15</sup> alunos matriculados; em 1993, como já foi dito, o total de matrículas era igual a 23.466 (Tabela A.2, em anexo). Registrou-se, com isso, um crescimento próximo de 89% nas matrículas do ensino superior particular. A universidade pública local, por outro lado, contou com um incremento de 47% em suas matrículas no mesmo período, uma vez que em termos numéricos verifica-se que, em 1973, foram registradas 6.994 matrículas e, em 1993, 10.277 (Tabela A.2, em anexo), o que significa quase a metade do crescimento, em termos percentuais, obtido pelo conjunto das instituições privadas.

<sup>14</sup> Em todo o período, trata-se praticamente de estabelecimentos isolados particulares, à exceção do Instituto Rio Branco, instituição federal, que encontra-se vinculado ao Ministério de Relações Exteriores.

<sup>15</sup> Não podemos apresentar o número exato de matrículas do ensino superior privado em 1973 devido ao fato de que os dados obtidos junto ao MEC somam todas as matrículas referentes aos estabelecimentos isolados sem que se faça a separação destes estabelecimentos por dependência administrativa. Os dados disponíveis indicam que, em 1973, o conjunto dos estabelecimentos isolados do DF matricularam 12457 alunos, considere-se que aí estão incluídos o Instituto Rio Branco e também todas as instituições privadas, já que até então os estabelecimentos privados classificavam-se apenas como estabelecimentos isolados. Para efeito de nossos cálculos, optamos por admitir que o ensino privado dispunha de mais ou menos 12.400 alunos, supondo-se que o IRBr tenha matriculado os 57 alunos restantes. Esta suposição baseia-se na identificação de que, de 1982 a 1993, este estabelecimento matriculou entre 13 e 96 alunos.

Com relação às conclusões, percebe-se que no ano de 1973, aproximadamente 1.750<sup>16</sup> estudantes finalizaram seus cursos de graduação em instituições de ensino particulares. Já no ano de 1993 este número subiu para 4.685, acusando um crescimento em torno de 168% (Tabela A.3, em anexo). Na UnB, por sua vez, houve um aumento de 900 conclusões, em 1973, para 979, em 1993 (Tabela A.3, em anexo); o que corresponde somente a 9% de crescimento do número de conclusões. Vê-se, com isso, que, no que se refere ao número de conclusões, o conjunto das instituições privadas de ensino superior cresceu 18 vezes mais do que a Universidade de Brasília.

Quanto ao número de vagas oferecidas no vestibular, verifica-se que, em 1974, a iniciativa privada apresentou uma oferta de 3.720 vagas; já em 1993 foram oferecidas 6.630 (Tabela A.4, em anexo). Estes dados indicam um crescimento na ordem de 78%. Na universidade pública este crescimento foi ainda um pouco maior, precisamente de 80%, uma vez que em 1974 foram oferecidas 1.500 vagas e, em 1993, 2.697 (Tabela A.4, em anexo). Nesta medida, pode-se dizer que, pelo menos quanto a este aspecto, a evolução do ensino público e privado foi bastante aproximada.

Ainda quanto ao vestibular, o número de inscritos nas instituições privadas e na UnB, de 1974 a 1993, sempre foi próximo. Esta situação é traduzida a partir dos seguintes dados: em 1974 as instituições privadas contaram com um total de 10.790 inscritos, enquanto que a UnB registrou 10.112. Em 1993, ocorreram 25.167 inscrições na iniciativa privada e 26.607 na universidade pública local, o que evidencia o caráter concorrido do vestibular da UnB (Tabela A.4, em anexo). Conclui-se portanto que, tanto nas instituições privadas quanto na UnB houve um grande crescimento de demanda, nas primeiras de 133% e, na segunda, de 163%, o que, de certa forma, expressa as elevadas taxas de expansão populacional do DF.

Em certa medida, este crescimento de mais de 100% na demanda por ensino superior no período analisado (1974-1993), contribui para reforçar a suposição que a iniciativa privada contou com um amplo espaço para sua expansão. Frente a uma certa contenção do ensino superior público, que manteve, em todos estes anos, apenas uma universidade e o Instituto Rio Branco, os grupos particulares puderam se beneficiar amplamente desta situação. Muito embora não se possa deixar de dizer que a única universidade pública tenha apresentado algum crescimento, comprovado pelo dado indicado em relação a um incremento de 80% no número de vagas oferecidas no vestibular.

A expansão da UnB pode ser verificada também a partir do aumento do número de cursos oferecidos pela instituição. Em 1973, ela possuía 26 cursos, enquanto que, em 1993, este número aumentou para 54, o que implicou em um crescimento de 107%. Entretanto, no ensino superior privado, a evolução foi imensamente maior, isto é, houve um crescimento de 231%, considerando que, em 1973, eram oferecidos 16 cursos e, em 1993, eles passaram a 53.

---

<sup>16</sup> É importante que se diga, novamente, que não dispomos dos dados precisos sobre concluintes em 1973, o que se dá pelos mesmos motivos explanados na nota anterior.

Os comentários que se seguem referem-se à comparação de alguns dos dados indicados acima com tendências verificadas nacionalmente. Foi possível observar que, quanto ao número matrículas, durante os anos compreendidos entre 1982 e 1993, o ritmo de crescimento das instituições privadas locais foi semelhante àquele constatado nacionalmente<sup>17</sup>. Verificou-se que o conjunto das IES de todo o país cresceu 10% no período em análise. No DF, o crescimento registrado foi de 11,5%. Em 1982, 859.599 alunos foram matriculados nos estabelecimentos particulares do país e, em 1993, o total de matrículas foi de 941.152. Em Brasília, no ano de 1982 existiam 21.039 alunos matriculados no ensino superior privado, e, em 1993, este número passou para 23.466 (Tabela A.2, em anexo).

Quanto ao número de concluintes no ensino privado, verifica-se no DF, uma taxa de expansão maior do que a constatada nacionalmente, uma vez que o seu crescimento foi de apenas 6%, de 1981 (145.475) a 1993 (154.077). No nível local, o crescimento registrado foi 21,5% no mesmo período<sup>18</sup>. Observou-se que tanto no âmbito nacional quanto local, a expansão das conclusões foi maior no ensino privado do que no público. O conjunto de instituições públicas do país, de 1981 a 1993, apresentou um crescimento negativo de -1%. Em 81, ocorreram 80.948 conclusões e, em 1993, apenas 80.211. No DF, o decréscimo foi ainda mais significativo, em 1993 foram registradas 26% menos conclusões do que em 1981 (Tabela A.3, em anexo)<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Os dados obtidos junto ao MEC não apresentam, de 1973 a 1981, o número de matrículas separado por dependência administrativa. Com isso, não foi possível identificar a evolução das matrículas separadamente nas instituições públicas e nas privadas neste período. Neste sentido, a comparação só pode ser realizada com os dados de 1982 a 1993.

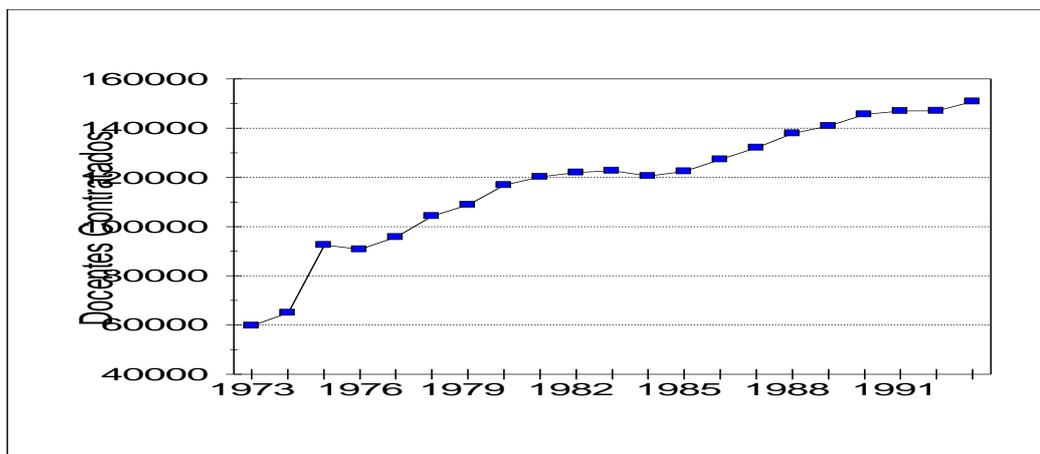
<sup>18</sup> No que se refere ao número de conclusões no país por dependência administrativa, não há dados referentes aos anos de 1973 a 1980.

<sup>19</sup> Não foi possível avançar na comparação com as tendências nacionais devido à não disponibilidade de dados a respeito da evolução do número de cursos, da demanda e das vagas no país em períodos significativos. Os dados referentes a estas variáveis restringem-se à década de 90, daí a dificuldade na identificação de tendências.

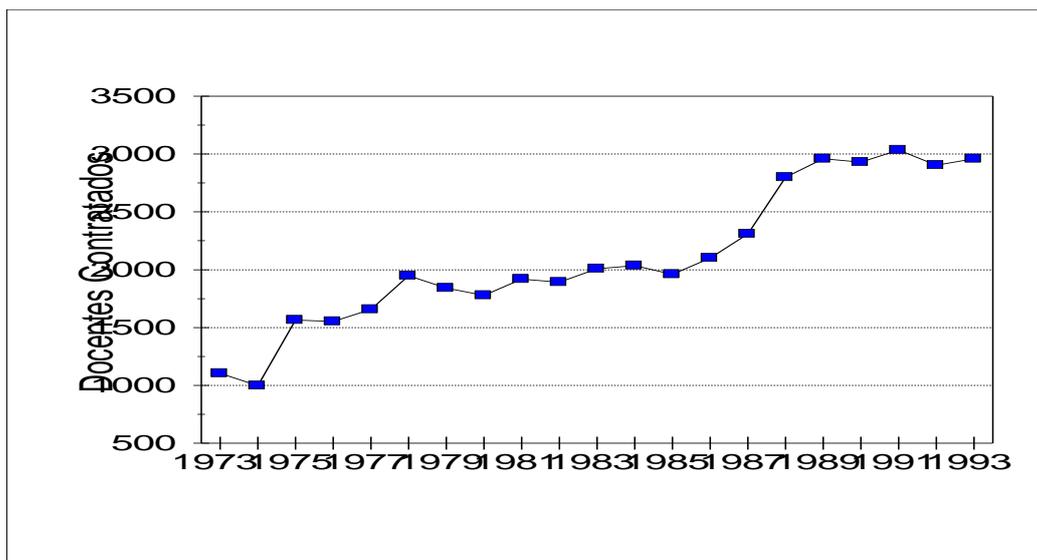
#### IV- OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO - DF

O total de funções docentes contratadas pelo ensino superior no Distrito Federal no ano de 1993 era de 2.959. Destes, 38% pertenciam ao ensino público e 62% à iniciativa privada, contabilizando 1.836 professores nas escolas particulares. Os dados evidenciam uma menor qualificação acadêmica destes docentes, quando se estabelece uma comparação com o ensino público. Dos 1.485 docentes em exercício na iniciativa privada no ano de 1993, 479 (32%) dispunham apenas do nível de graduação, 719 (48%) possuíam o título de especialização, 246 (17%) eram mestres e somente 41 (3%) doutores. Estes dados contrastam com a qualificação do corpo docente da universidade pública local, onde, naquele mesmo ano, 53% do quadro possuía a titulação de doutor (Figura 6).

Diferentemente do quadro nacional, que apresentou uma evolução bastante estável, a trajetória do número das funções docentes contratadas no Distrito Federal foi instável, apresentando inúmeras oscilações, embora com uma nítida tendência de crescimento (Figura 7).



**FIGURA 6 - Evolução do Número de Funções Docentes Contratadas em Exercício Brasil - 1973/1993.**



**FIGURA 7 - Evolução do Número de Funções Docentes Contratadas em Exercício - Distrito Federal - 1973/1993.**

No conjunto, houve um crescimento numérico da ordem de 168%, maior portanto que o crescimento ocorrido no país, 152% (Tabela A.5, em anexo). Entretanto, este incremento não chegou a alterar significativamente a relação docentes/instituições, como ocorreu no nível nacional, pois no mesmo período houve elevação substancial do número de instituições no DF. Essa trajetória ascendente apresentou várias interrupções, sendo as maiores quedas as de 1974, 1979 e 1992. Alguma expansão ocorreu ainda na década de 70 e em 1988. Observando a Figura 7, é possível notar que alternaram-se saltos e quedas, como em 1974/75 e 1978/79.

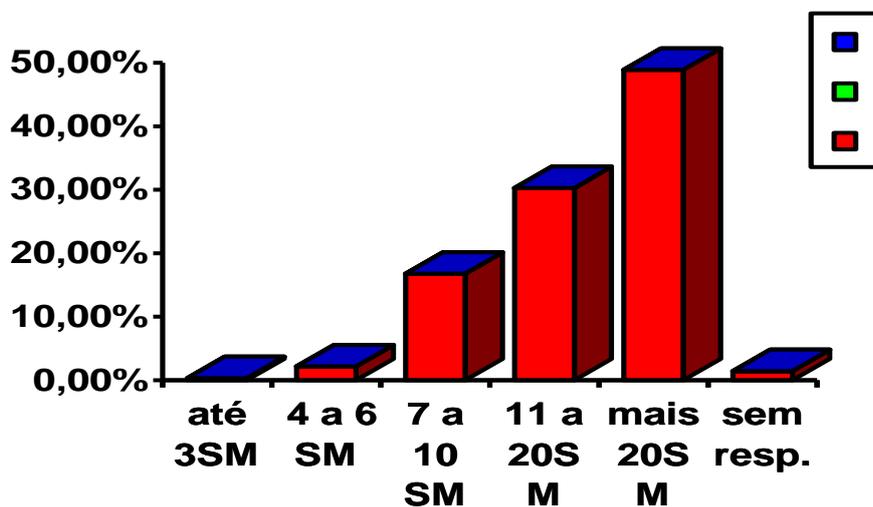
Quando se analisa as funções docentes por natureza da instituição, constata-se, com relação à única universidade existente, que também neste caso o padrão evolutivo do número das funções docentes contratadas foi bastante irregular. No conjunto, houve um acréscimo de 51%, portanto menor do que aquele verificado nacionalmente (76%), considere-se, no entanto, que a tendência dos últimos dois anos é de decréscimo de -11%. As quedas de 1974 e de 1992, acompanharam o quadro geral das instituições do Distrito Federal.

A abordagem do comportamento das funções contratadas nas faculdades integradas revela um crescimento, bem mais estável, de 97% no período em questão. Pequeno, se comparado com a expansão nacional que foi de 693%, no mesmo intervalo (1973/1993) (Tabela A.5, em anexo). Excluindo-se as pequenas quedas de 1982, 1989 e 1993, sobressaem nesta evolução dois saltos de expansão: 1986 (35%) e 1988 (35%). Vale a pena observar que o ano de 1986 corresponde ao início de funcionamento da terceira faculdade integrada no Distrito Federal.

Com relação aos estabelecimentos isolados, a evolução mostrou-se também bastante instável. No conjunto ocorreu crescimento das funções contratadas em 105%, contrariando frontalmente a tendência nacional de queda de 22% (Tabela A.5, em anexo). Houve dois períodos de expansão contínua: de 1973 a 1978 (com altas de até

35%) e de 1986 a 1993 (salvo 1992). Por outro lado, no ano de 1981 assistiu-se a uma queda brusca do número de docentes contratados de quase 49%, que acompanha a tendência nacional no mesmo ano, quando ocorreu uma das mais acentuadas quedas do número de docentes dos estabelecimentos isolados particulares do Brasil (-17%) (Tabela A.5, em anexo).

Os dados obtidos através dos questionários aplicados, para a presente investigação, indicam que o corpo docente das IES particulares é predominantemente masculino, representando 65,3% do total de seus professores. A grande maioria destes professores situa-se na faixa etária compreendida entre os trinta e cinquenta anos. Quanto ao padrão de renda familiar, a Figura 8 permite a visualização de um quadro onde 80% desta categoria registrou um nível de renda familiar acima de onze salários mínimos. Além disso, deve-se acrescentar que 54% destes professores dispõem de imóvel próprio e residem na região “nobre” de Brasília (Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte).



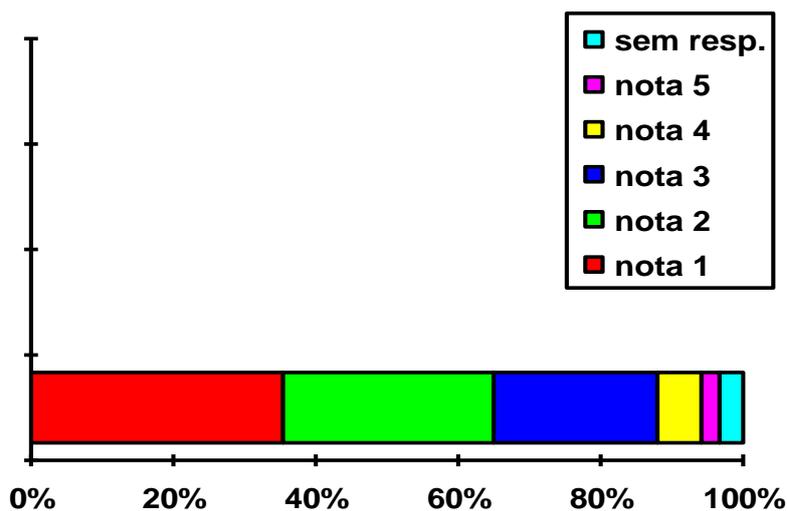
**FIGURA 8 - Renda Familiar dos Docentes**

Em relação à faixa salarial correspondente às atividades na IES particular, os dados indicam que 62,41% dos docentes recebem até oito salários mínimos. Destaca-se que, para a maioria destes professores (67,7%), o tempo de trabalho dedicado à IES não é muito expressivo, uma vez que não ultrapassa vinte horas semanais, considerando que o contrato de trabalho baseia-se predominantemente em horas-aula. Associando ao regime hora-aula de trabalho à faixa salarial recebida, percebe-se que a maioria dos professores de IES particular não tem nesta atividade docente a sua principal fonte financeira e de ocupação de seu tempo.

Verificou-se também que um percentual muito significativo de docentes, mais de três quartos, exerce uma outra atividade profissional além da desempenhada na IES. Metade dos docentes possuem uma remuneração acima de onze salários mínimos em sua atividade profissional fora da IES particular, enquanto que somente um pouco mais

de dez por cento dos professores pesquisados recebe apenas até cinco salários mínimos na sua outra atividade profissional.

Os dados obtidos permitiram identificar que 67% dos professores do ensino privado tiveram sua formação acadêmica também em instituições particulares locais. Com isso, é possível deduzir que, com o processo de expansão acelerada de abertura de IES particulares, estes estabelecimentos puderam formar paulatinamente o seu quadro docente no interior de suas próprias instituições.



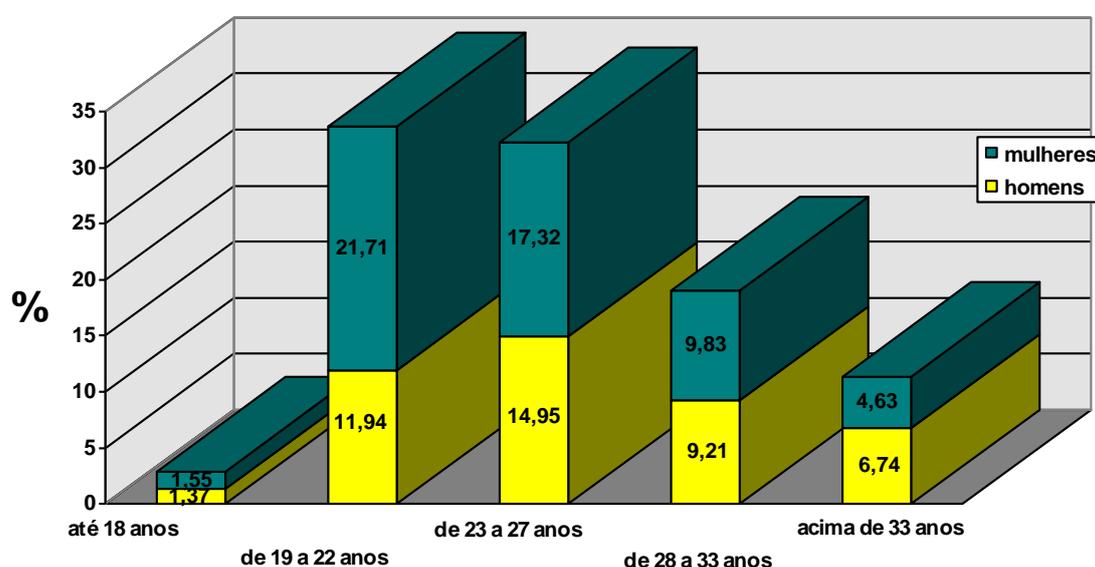
**FIGURA 9 - Avaliação da Remuneração recebida pelos Docentes nas IES**

Com relação à representação que os docentes fazem a respeito de sua prática profissional, constata-se que uma significativa parcela deste segmento (64,96%) avalia como “baixa” a remuneração obtida na IES particular (Figura 9). Constata-se também que mais da metade dos docentes não justifica sua permanência na instituição pela crença da possibilidade de obter, a partir desta atividade profissional, sua principal fonte de remuneração. Apenas 19,24% possuíam essa perspectiva.

Quanto aos fatores que estariam contribuindo para a permanência do docente na IES, na visão destes, encontra-se um destaque para a perspectiva de formação de novos relacionamentos sociais. Esta alternativa foi mais recorrente do que outras, tais como “manutenção de uma remuneração principal”, “complementação financeira”, ou “exercício acadêmico provisório”. Praticamente a metade dos professores, apontaram como objetivo principal de permanência na IES a possibilidade de formar relacionamentos, tais como fazer “novas amizades” ou estabelecer novas interações profissionais.

## V - OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DO DISTRITO FEDERAL

Os dados obtidos e expostos na Figura 10 com relação ao corpo discente permitiram identificar que a imensa maioria deles são jovens situados nas faixas etárias de 19 a 22 anos (34%) e 23 a 27 anos (32%), com a predominância do sexo feminino nas duas faixas. Contudo, quando consideramos o estado civil casado, o número de dependentes e as faixas etárias mais avançadas - combinadas estas três condições - constata-se que os homens são predominantes.

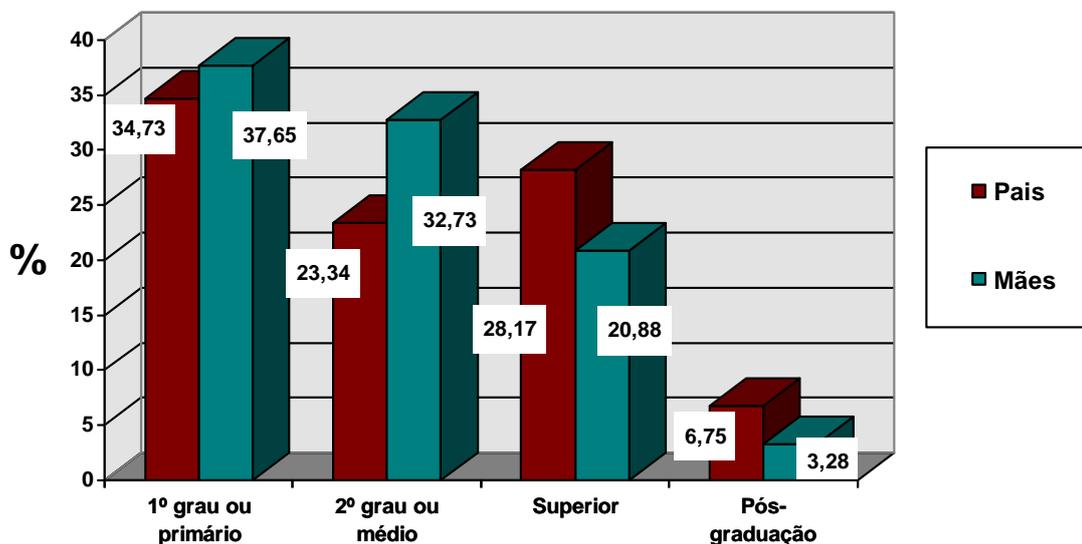


**FIGURA 10 - Perfil Discente / Faixa Etária**

Quanto às condições sócio-econômicas, observou-se que, de forma geral, define-se um perfil razoavelmente elevado, considerados os dados relativos à renda familiar, ao local de residência e ao meio de locomoção dos discentes. Verifica-se que 43% dos alunos residiam nos quatro bairros mais “nobres” de Brasília (Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte). Este é um dado que contrasta com uma impressão generalizada existente no senso comum que identifica a clientela do ensino superior privado como alunos de origem social humilde. Além disso, 50% dos discentes responderam que utilizavam veículo próprio para se deslocarem até a IES, sendo que 44,5% utilizavam-se exclusivamente deste meio, percentual bem superior aos 25% que se locomoviam de transporte público. Ainda no que se refere ao perfil sócio-econômico, deve-se mencionar que 65% dos alunos possuíam renda familiar acima de 10 salários mínimos e, destes, mais da metade estava situada no patamar acima de 20 salários mínimos.

Com relação ao grau de instruções dos pais, conforme mostra a Figura 11, 37% destes possuem apenas o primeiro grau ou primário concluídos, 30% chegaram a

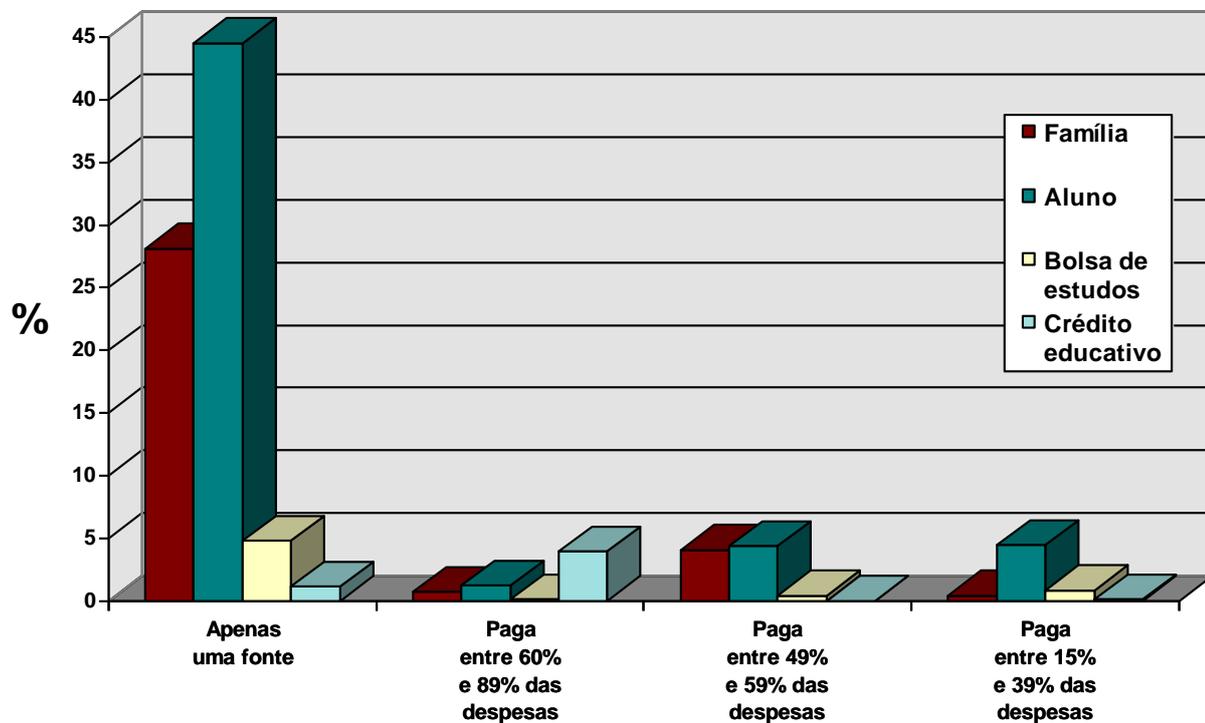
concluir o segundo grau e os 33% restantes concluíram curso superior. Este último dado aponta que uma parcela significativa dos estudantes não pode ser caracterizada como pertencendo uma primeira geração familiar que ascendeu ao ensino superior, fenômeno que existia de forma recorrente no início do processo expansionista.



**FIGURA 11 - Grau de Instruções dos Pais**

Com relação à trajetória escolar destes alunos, identificou-se que 66% terminaram o segundo grau numa faixa etária entre 17 e 18 anos, portanto num quadro “normal”, considerando a idade prevista para inserção no terceiro grau, 21% concluiu o nível secundário entre os 21 e 22 anos e os 13% restantes terminaram o segundo grau entre 23 e 29 anos. Observou-se que 48,3% dos discentes concluíram o grau secundário regular (ou acadêmico). Constatou-se também que 44% dos estudantes do ensino superior privado concluíram o segundo grau em escola particular, ao passo que os demais 46% concluíram em escolas públicas.

Os dados da Figura 12 indicam que 78,5% dos alunos têm seus estudos pagos por apenas uma fonte, sendo a principal delas o próprio aluno (44,5%) e em seguida sua família (28%). As demais modalidades de pagamento estão diluídas entre bolsas, crédito educativo ou combinações entre estas. A combinação de fontes de pagamento limita-se praticamente à participação do custeio parcial através de bolsas de estudo somados aos rendimentos dos próprios alunos ou de suas famílias.



**FIGURA 12 - FINANCIAMENTO DAS DESPESAS COBRADAS PELAS IES**

Com relação às condições profissionais destes discentes, foi possível notar que 81% dos estudantes trabalhavam e **destes** 67% trabalhavam em área distinta de sua formação acadêmica. Verificou-se que 70% do conjunto de estudantes que exercem atividades profissionais, trabalhou a maior parte do tempo desde que ingressou na graduação. Este vem a ser um elemento fundamental em nossa investigação, uma vez que os discentes vinculados às IES privadas caracterizam-se predominantemente enquanto estudantes e trabalhadores simultaneamente.

## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados indicam que, gradativamente, foi-se constituindo um campo, relativamente heterogêneo, durante o período analisado, formado pelas instituições de ensino de terceiro grau local, no qual os estabelecimentos públicos e privados passaram a desempenhar funções acadêmicas razoavelmente distintas. A Universidade de Brasília, em função da qualificação do seu corpo docente, do alto número de professores que nela trabalham em regime de dedicação exclusiva e da instalação, no seu interior, de um número expressivo de programas de pós-graduação - quando comparada com as demais instituições locais - tem procurado posicionar-se além de uma mera instituição de ensino, uma vez que tem buscado assumir como uma de suas tarefas a produção de novos conhecimentos. Ou seja, tem visado se apresentar no interior deste campo como universidade de ensino-pesquisa, buscando com isto extrair vantagens simbólicas e sociais através desta prática acadêmica.

Por outro lado, percebe-se que as instituições particulares que foram surgindo, durante os vinte anos enfocados, têm assumido como um de seus objetivos proclamado a formação de profissionais “tout court” para o mercado de trabalho. A atividade de pesquisa não tem sido postulada como um elemento definidor de sua identidade institucional. Com isto tem recrutado uma clientela preocupada prioritariamente em (re)inserir-se no mercado de trabalho através da posse de títulos escolares. Os docentes que têm desempenhado as funções de ensino nestas instituições, como assinalamos anteriormente, são basicamente indivíduos que possuem uma outra atividade profissional, da qual tem retirado a maior parte de seu sustento financeiro, dedicando poucas horas para a instituição de ensino na qual trabalha.

Tudo leva a crer que o ethos acadêmico - ou seja um conjunto de valores, tais como a produção de novos conhecimentos obtidos pela prática da pesquisa, a incorporação dos resultados destes nas atividades de ensino, a dedicação prioritária por parte dos docentes às suas obrigações de ensino e pesquisa - tende a estruturar as práticas e as representações dos atores que participam da universidade pública local. De certa forma, os dados não desautorizaria afirmar que a lógica de mercado, ou seja uma preocupação em atender as demandas educacionais e profissionais de uma clientela potencial, encontra-se nos princípios e nos fundamentos das instituições particulares que têm atuado no Distrito Federal. Os dados obtidos tendem a indicar que uma destas instituições particulares, possivelmente constitui uma exceção com relação à esta lógica de funcionamento “mais empresarial”, a Católica de Brasília, uma vez que como ressaltamos ela tem procurado construir um discurso e um projeto pedagógico, mais voltado para um pólo acadêmico.

Chamamos a atenção neste trabalho que uma constelação de fatores tem contribuído para o crescimento do ensino superior privado local., tais como altas taxas de crescimento populacional do Distrito Federal, concentração da burocracia federal, que associa as chances de sua reprodução social à obtenção de títulos escolares, etc. Ao lado destes fatores, percebe-se também que a ausência de ensino noturno na universidade pública local, desempenhou um papel relevante na dinâmica expansionista

das instituições particulares. Os estabelecimentos privados concentraram-se prioritariamente a abertura de seus cursos no período noturno, visando atender uma clientela já inserida no mercado de trabalho e que procurava conciliar os seus estudos com a sua situação de trabalho. Os dados indicam que a função principal deste ensino privado é de atender à demanda crescente por certificados de terceiro grau - em grande escala e objetivando a maximização de resultados econômicos por parte das instituições - mais do que oferecer um ensino pautado por um padrão de qualidade acadêmica. No entanto, percebe-se uma gradativa preocupação por parte dos dirigentes destas instituições com a questão da qualidade do ensino oferecido, mesmo porque esta certamente, passará, a curto prazo, a ser um elemento fundamental nas estratégias de concorrência entre estas instituições visando o recrutamento e absorção da clientela.

Na medida em que um campo tende a funcionar a partir de uma luta entre as instituições que o constituem, talvez seria oportuno indagar, também, até que ponto a expansão dos estabelecimentos privados não tem determinado uma certa mudança de conduta da universidade pública local, como por exemplo no que se refere à gradativa criação e implantação de cursos noturnos.? Até que ponto também a discrepância verificada entre o desempenho quanto ao número de conclusões registradas pelos estabelecimentos privados (crescimento de 168% entre 1973-1993) e pela UnB (crescimento de 9%, no mesmo período) não implicará a curto prazo numa profunda análise por parte da universidade pública local frente a este insatisfatório resultado e numa profunda revisão de suas estratégias de atendimento do ensino de graduação? Tudo leva a crer que os próximos lances da concorrência entre as instituições que formam o campo do ensino superior no Distrito Federal prometem ser intensas e relevantes tanto do ponto de vista da sua investigação, quanto pelos seus resultados acadêmico-sociais.

**Tabela A.1 - Distribuição das IES por Dependência Administrativa - Brasil - 1993**

IES					UNIVERSIDADES					FACULDADES INTEGRADAS, FEDERAÇÕES DE ESCOLAS					ESTABELECIMENTOS ISOLADOS									
Total		Públicas		Privadas		Total		Públicas		Privadas		Total		Públicas		Privadas		Total		Públicas		Privadas		
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
873	25	221	25	652	75	114	53,5	61	53	46,5	88	3,4	03	85	96,6	671	23,4	157	514	76,6				

Fonte: MEC/SEEC



## (continuação Tabela A.2)

ANO	TOTAL GERAL	Universidades					Feder de Escolas/Fac Integradas					Estabelecimentos isolados					
		TOTAL	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOTAL	FED.	EST.	MUN.	PART.	TOTAL	FED.	EST.	MUN.	PART.	
1983	BRASIL DF	1438992 31419	687860 7880	328044 7880	98371 -	17213 -	244232 -	206408 12823	- -	- -	5032 -	201376 12823	544724 10716	1207 85	48826 -	67129 -	416695 10631
1984	BRASIL DF	1399539 28821	672624 9330	314194 9330	106066 -	17602 -	234762 -	198818 11191	- -	- -	4067 -	179964 11191	528097 8300	12005 85	49947 -	67998 -	398147 8215
1985	BRASIL DF	1367609 31012	671977 9270	314102 9270	10441 -	15414 -	238020 -	184016 13246	- -	- -	4052 -	179964 13246	511616 8496	12420 96	42375 -	63876 -	392945 8400
1986	BRASIL DF	1418196 32564	722863 8880	313520 8880	104816 -	20600 -	283927 -	190711 15743	- -	- -	3054 -	187617 15743	504622 7941	12214 82	48973 -	74415 -	369020 7859
1987	BRASIL DF	1470555 32143	761236 8616	315956 8716	114418 -	26180 -	304682 -	197810 15628	- -	- -	- -	197810 15628	511509 7799	13467 49	53621 -	61323 -	383098 7750
1988	BRASIL DF	1503560 32175	770240 8417	304465 8417	129785 -	17178 -	318812 -	201744 15570	- -	- -	965 ...	200779 15570	531576 8188	13366 38	60951 -	58641 -	398618 8150
1989	BRASIL DF	1518904 31557	816024 8382	301535 8382	136137 -	21663 -	356689 -	183483 15263	- -	- -	- ...	183483 15263	519397 7912	13748 13	57560 -	53771 -	394318 7899
1990	BRASIL DF	1540080 32683	824627 8511	294626 8511	136257 -	23499 -	370245 -	202079 15041	- -	- -	- ...	202079 15041	513374 9131	14241 24	58160 -	51842 -	3891321 9107
1991	BRASIL DF	1565056 32186	855258 8721	395350 8721	153678 -	24390 -	371840 -	225700 14594	- -	- -	9266 ...	216434 14594	484098 8871	14785 55	48637 -	49630 -	371046 8816
1992	BRASIL DF	1535788 33853	871729 9677	310533 9677	159963 -	30353 -	370880 -	205465 15306	- -	- -	9445 ...	196020 15306	458594 8870	15351 49	50170 -	53847 -	339226 8821
1993	BRASIL DF	1594668 33794	940921 10277	328907 10277	167674 -	28623 -	415717 -	210117 14334	- -	- -	10362 ...	199755 14334	443630 9183	15480 51	48861 -	53609 -	325680 9132

Fonte: MEC/SEEC

(\*) Os dados relativos aos Estabelecimentos isolados também incluem o Número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.

**TABELA A.3 - Número de Alunos Matriculados, Total de docentes contratados, Número de Cursos Oferecidos, número de Concluintes, Número de Vagas, Ingressos no Vestibular por IES - DF 1993**

<b>Instituição</b>	<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Total de Docentes</b>	<b>Número de Cursos</b>	<b>Concluintes 1992</b>	<b>Número de Vagas</b>	<b>Ingressos Vestibular</b>
<b>Centro de Ensino Unificado de Brasília</b>	7037	636	13	1765	1980	1789
<b>Fac. Alvorada de Informática e Processamento de Dados</b>	244	21	1	23	80	80
<b>Fac. de Artes Dulcina de Moraes</b>	340	25	2	64	230	159
<b>Fac. de Odontologia do Planalto Central</b>	306	63	1	45	60	80
<b>Fac. de Reabilitação do Planalto Central</b>	178	24	1	0	80	80
<b>Fac. Dom Bosco de Educação Física</b>	607	37	1	115	200	200
<b>Faculdades Integradas da Católica de Brasília</b>	5066	284	8	1056	1500	1467
<b>Faculdades Integradas da UPIS</b>	2231	168	7	369	840	804
<b>Instituto de Ciências Exatas</b>	682	155	2	35	160	160
<b>Instituto de Ciências Sociais</b>	4974	261	5	879	1050	1002
<b>Instituto de Ciências Sociais Aplicadas</b>	1741	155	3	334	390	490
<b>Instituto Rio Branco</b>	51	32	1	23	23	23
<b>Universidade de Brasília</b>	10277	1091	39	979	2697	2419

Fonte: MEC/SEEC



(continuação Tabela A.4)

*1980	Total	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Particular	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
ANO	Dependência Administrativa	TOTAL			Natureza da Instituição								
					Universidades			Faculdades Integradas			Estabelecimentos Isolados		
	DF	Vagas Oferecidas	Inscrições 1. Opção	Ingressos Vestibular	Vagas Oferecidas	Inscrições 1. Opção	Ingressos Vestibular	Vagas Oferecidas	Inscrições 1. Opção	Ingressos Vestibular	Vagas Oferecidas	Inscrições 1. Opção	Ingressos Vestibular
*1981	Total	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Particular	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
*1982	Total	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Particular	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
*1983	Total	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Particular	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
*1984	Total	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Federal	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Particular	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
1985	Total	6956	50064	6733	1666	13945	1457	3140	23040	3128	2150	13079	2148
	Federal	1686	14838	1477	1666	13945	1457	...	...	...	20	893	20
	Particular	5270	35226	5256	...	...	...	3140	23040	3128	2130	12186	2128
1986	Total	7315	61271	6999	1665	15636	1528	3820	30888	3641	1830	14747	1830
	Federal	1665	15636	528	1665	15636	1528	...	...	...	...	...	...
	Particular	5650	45635	5471	...	...	...	3820	30888	3641	1830	14747	1830

(continuação Tabela A.4)

1987	Total	7510	67372	7201	1810	18818	1680	3820	29395	3625	1880	19159	189
	Federal	1830	19372	1695	1810	18818	1680	...	...	...	20	554	15
	Particular	5680	48000	5506	...	...	...	3820	29395	3625	1860	18605	174
1988	Total	7790	53744	7319	1820	16266	1533	3900	20062	3866	2070	17416	1920
	Federal	1840	17045	1546	1820	16266	1533	...	...	...	20	779	13
	Particular	5950	36699	5773	...	...	...	3900	20062	3866	2050	16637	1907
1989	Total	8100	52981	7480	2105	18798	1639	39680	19791	3905	2015	14392	1936
	Federal	2130	19577	1663	2105	18798	1639	...	...	...	25	779	24
	Particular	5970	33404	5817	...	...	...	3980	19791	3905	1990	13613	1912
1990	Total	8600	65683	8000	2140	16310	1850	4440	32030	4246	2020	17343	1904
	Federal	2190	17089	1898	2140	16310	1850	...	...	...	50	779	48
	Particular	6410	48594	6102	...	...	...	4440	32030	4246	1970	16564	1856
1991	Total	8985	47953	8405	2376	19045	2260	4349	16322	4132	2260	12586	2013
	Federal	2396	19996	2283	2376	19045	2260	...	...	...	20	951	23
	Particular	6589	27957	6122	...	...	...	4349	16322	4132	2240	11635	1990
1992	Total	8862	41510	8098	2362	19951	2217	4320	12536	3895	2180	9023	1986
	Federal	2362	19951	2217	2362	19951	2217	...	...	...	...	...	...
	Particular	6500	21559	5881	...	...	...	4320	12536	3895	2180	9023	1986
1993	Total	9350	52414	8813	2697	26607	2419	4320	14250	4060	2333	11557	2334
	Federal	2720	27247	2442	2697	26607	2419	...	...	...	23	640	23
	Particular	6630	25167	6371	...	...	...	4320	14250	4060	2310	10917	2311

**Tabela A.5 - Número de Funções Docentes Contratadas em 30.04, por Natureza da Instituição e Dependência Administrativa - DF - 1973/1993**

ANO	TOTAL GERAL	NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA											
		Universidades				Feder de Escolas/Fac Integradas				Estabelecimentos isolados			
		TOTAL	FED.	EST.	PART.	TOTAL	FED.	EST.	PART.	TOTAL	FED.	EST.	PART.
(*)1973	1103	723	723	-	-	...	...	...	...	380	-	-	380
(*)1974	996	591	591	-	-	...	...	...	...	405	-	-	405
(*)1975	1564	1027	1027	-	-	...	...	...	...	537	-	-	537
(*)1976	1553	827	827	-	-	...	...	...	...	726	-	-	726
(*)1977	1657	744	744	-	-	...	...	...	...	913	-	-	913
1978	1949	834	834	-	-	-	-	-	-	1115	45	-	1070
1979	1840	808	808	-	-	-	-	-	-	1032	26	-	1006
1980	1777	740	740	-	-	-	-	-	-	1037	41	-	996
1981	1919	837	837	-	-	553	-	-	553	529	12	-	517
1982	1891	894	894	-	-	516	-	-	516	519	38	-	481
1983	2008	906	906	-	-	520	-	-	520	621	39	-	582
1984	2036	869	869	-	-	555	-	-	555	612	29	-	583
1985	1960	879	879	-	-	556	-	-	556	525	38	-	487
1986	2100	889	889	-	-	751	-	-	751	450	27	-	433
1987	2310	1047	1047	-	-	775	-	-	775	488	38	-	450
1988	2800	1207	1207	-	-	1044	-	-	1044	549	29	-	520
1989	2960	1405	1405	-	-	993	-	-	993	562	32	-	530
1990	2931	1320	1320	-	-	994	-	-	994	651	34	-	617
1991	3034	1390	1390	-	-	990	-	-	990	686	32	-	654
1992	2904	1237	1237	-	-	1104	-	-	1104	595	32	-	563
1993	2959	1091	1091	-	-	1108	-	-	1108	780	32	-	748

Fonte: MEC/SEEC

(\*) Os dados relativos aos Estabelecimentos Isolados também incluem o número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.